



4109 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

MULTICULTURALIDADE E INTERCULTURALIDADE: compreendendo os termos no âmbito da Educação para as Relações Étnico-raciais
Luanda Martins Campos - UFMA - Universidade Federal do Maranhão
Lucileide Martins Borges Ferreira - UFMA - Universidade Federal do Maranhão
Antonio de Assis Cruz Nunes - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

A pesquisa trata dos entendimentos sobre multiculturalidade e interculturalidade no contexto educacional. A finalidade principal do estudo foi de evidenciar as distinções existentes entre os termos, haja vista que muitas vezes são ditas e compreendidas como sinônimas. Neste sentido, na perspectiva de posição política, o texto sinaliza pela interculturalidade como abordagem para a educação das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Multiculturalidade. Interculturalidade. Relações étnico-raciais.

MULTICULTURALIDADE E INTERCULTURALIDADE: compreendendo os termos no âmbito da Educação para as Relações Étnico-raciais

RESUMO: A pesquisa trata dos entendimentos sobre multiculturalidade e interculturalidade no contexto educacional. A finalidade principal do estudo foi de evidenciar as distinções existentes entre os termos, haja vista que muitas vezes são ditas e compreendidas como sinônimas. Neste sentido, na perspectiva de posição política, o texto sinaliza pela interculturalidade como abordagem para a educação das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Multiculturalidade. Interculturalidade. Relações étnico-raciais.

1 INTRODUÇÃO

Conforme Valente (2002), a Educação para a Educação das Relações Étnico-Raciais tem tomado força e visibilidade, principalmente, a partir da década de 1990. Época que se configura na gênese do neoliberalismo no Brasil. Por meio deste, várias políticas educacionais patrocinadas pela dupla Unesco/Banco Mundial foram incorporadas nas agendas governamentais, dentre elas, as políticas de ação afirmativa para as populações indígenas e negras. Assim, na perspectiva de garantir empréstimos, os países subdesenvolvidos como o Brasil, adotaram um cardápio de políticas sociais, consideradas compensatórias para a manutenção das relações de dependências econômicas internacionais.

A partir das agendas sociais e econômicas internacionais desenvolvidas pelos governos brasileiros, começando no Governo Fernando Henrique Cardoso e acentuando no Governo Lula, houve um movimento contraditório em favor das organizações sociais negras, com a possibilidade de se fazer a contra-hegemonia econômica na direção da luta histórica do povo negro em prol de sua inserção sociorracial. Destarte, a partir do Governo Lula, pela primeira vez uma Lei é voltada para a educação da população afro-brasileira, no caso a Lei Nº 10.639/03 que prevê a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar brasileiro. (BRASIL, 2004, p. 8).

De acordo com a Resolução nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no Parágrafo 1º, do Artigo 2º diz que:

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004, p. 31)

Acrescentamos que a Educação para as Relações Étnico-Raciais tem se configurado na perspectiva da interculturalidade, que é compreendida como uma educação que envolve interação, conhecimento mútuo e aproximação política. Todavia, é usada como sinônimo de multiculturalidade, que significa organização e diálogo para o respeito às culturas que convivem no mesmo território, porém, não necessariamente numa perspectiva de diálogos interativos. (CANDAU, 2000, 2008, 2012; FLEURI, 2000, 2003).

Do exposto, o presente texto tem como objetivo descrever as distinções semânticas e políticas dos termos multiculturalidade e interculturalidade no contexto da Educação para as Relações Étnico-Raciais, a partir do seguinte questionamento: Como a compreensão dos termos multiculturalidade e interculturalidade pode contribuir para a Educação das Relações Étnico-Raciais, sobretudo para a população negra?

Deste modo, constituímos uma pesquisa bibliográfica que segundo Santos (2001, p.29) conceitua como um "conjunto de materiais escritos/gravados, mecânica ou eletronicamente, que contém informações já elaboradas e publicadas por outros autores". Porém, mesmo que nossa redação textual se edifique a partir de várias fontes bibliográficas, procuramos dar nossos contornos interpretativos, que a temática termina por exigir e pelas nossas experiências teóricas e práticas em pesquisas envolvendo educação para as relações étnico-raciais.

2 DISTINÇÃO ENTRE OS TERMOS MULTICULTURALIDADE E INTERCULTURALIDADE

A origem dos termos, bem como suas distinções políticas, remonta às discussões em torno de cultura e sociedade. Fleuri (2003) apresenta pressupostos teórico-históricos para os termos, iniciando pela concepção de multiculturalismo, como debate inicial diante da percepção da existência de diversas culturas, afirmando que, "originalmente como foi concebido nos Estados Unidos da América, preconizava que as diversas culturas existentes no interior do território norte-americano seriam assimiladas pela cultura dominante". (FLEURI, 2003, p. 20).

A abordagem política do multiculturalismo, apesar do reconhecimento das culturas, prega a assimilação ou aculturação, a partir das concepções da cultura dominante, camufladas pelos ideais de solidariedade e tolerância. O sufixo "ismo", significa doutrina, dogma.

Nos deteremos então com uma abordagem que avança a abordagem do multiculturalismo, no sentido de pôr em diálogo as formas de viver e ver o mundo. Multiculturalidade e Interculturalidade são termos que parecem sinônimos, mas possuem algumas distinções políticas.

No contexto da Educação Para as Relações Étnico-Raciais, esta compreensão é de suma importância a fim de que se compreenda como se dão os processos políticos de aplicabilidade da Lei 10.639/03 que traz a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. As distinções políticas ao longo do processo histórico de luta em favor da educação do povo negro partiram das concepções monoculturais, assimilacionistas, passando pela perspectiva da multiculturalidade e, finalmente, na interculturalidade. Esta última, sendo a perspectiva atual, reivindicada para uma educação equânime.

Multiculturalidade traz a ideia de multiplicidade. Múltiplas culturas no mesmo território que dialogam entre si (Múltiplas + cultura + circularidade). Ela envolve um processo de compreensão e respeito do contexto de resistência dos grupos culturais subjugados. Neste sentido: "Parece que não se trata mais de lutar pela sobrevivência física, material, dos grupos marginalizados; trata agora de lutar pela própria possibilidade de sua existência no campo simbólico". (FLEURI, 2003, p. 9).

A multiculturalidade presente na América Latina expressa a necessidade de resistência de grupos culturais marginalizados para sua própria existência, fazendo com que haja uma respeitabilidade nas lutas particulares de cada grupo. "No meio destas contradições e conflitos, cresce a consciência do caráter multicultural do continente e de cada um de nossos países". (CANDAU, 2000, p. 48).

No campo da educação, a multiculturalidade pode ser denominada de educação multicultural. A LDB 9.394/96, traz esta concepção diante das discussões políticas do contexto em que surgiu, expondo este caráter na formação curricular. Segundo Brandão (2003, p. 21), sobre o Art. 3º, da referida LDB, há uma linha paradoxal quando prega para o ensino, a pluralidade de ideias e o apreço à tolerância, justificando a democratização do ensino na multiplicidade de culturas, porém, mantém, em seu bojo político, as concepções assimilacionistas, com base nas políticas neoliberais da formação para cidadania e trabalho.

Consideramos que as discussões políticas em torno da educação multicultural e os conflitos e interações existentes, ajudam a promover a mudança de paradigma em se tratando da relação educação e cultura. Estas culturas existentes na sociedade e no interior do ambiente escolar, além de dialogarem e se respeitarem, necessitam interagir, trocar experiências, conhecer umas as outras para compreenderem sua luta em comum. Neste ínterim, a escola é a célula importante por agrupar categorias culturais diversas, tendo o currículo como possibilidade política de mudança. Sobre isso, Candau (2008, p.14) diz que "é no cruzamento, na interação, no reconhecimento que a escola está chamada a se situar".

Esta perspectiva de diálogo crítico e transformador entre as culturas, denomina-se a categoria conceitual Interculturalidade. "Inter indica uma relação entre vários elementos diferentes: marca uma reciprocidade [...]. Caracteriza uma vontade de mudança, de ação no contexto de uma sociedade multicultural". CANDAU, 2000, p. 55).

De acordo com Fleuri (2003, p. 48), muitos pesquisadores de multiculturalidade e educação, "apontam para um consenso no uso do termo interculturalidade aplicado à análise da problemática na educação e formas de intervenção propositiva na realidade multicultural". Interculturalidade surge da multiculturalidade. Da necessidade de um "processo permanente, sempre inacabado, marcado por uma deliberada intenção de promover uma relação dialógica. Essa seria a condição fundamental para qualquer processo ser qualificado de intercultural". (CANDAU, 2000, p. 56).

Para as relações étnico-raciais, os caminhos da interculturalidade partem das lutas travadas pelo povo negro e da pauta de políticas afirmativas em âmbito Federal. Podemos situar a abordagem intercultural a partir da análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as quais trazem orientações para uma educação que amplie seu currículo escolar, para o conhecimento das especificidades do povo negro, de forma dialógica como outras culturas.

Interculturalidade está relacionada às especificidades de cada grupo cultural e os elementos de luta em comum entre eles, o "entrelugar", segundo Fleuri (2003, p. 53). Estas especificidades não podem ser isoladas, assimiladas ou silenciadas. Por mais que tenhamos um diálogo entre culturas para a valorização e convivência, a desmistificação de estereótipos discriminatórios e o conhecimento científico acerca das culturas e suas contribuições à humanidade, demonstram um diálogo crítico em que a educação se torna instrumento de contestação e luta por reparações históricas.

Assim, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é necessário que haja também, "um trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola". (BRASIL, 2004, p. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresentou a distinção entre os termos multiculturalidade e interculturalidade, relacionando sua epistemologia e posição política à educação para as relações étnico-raciais. Ambas trazem o sentido do diálogo e da mudança social. Contudo, percebemos que, enquanto a primeira reconhece e valoriza esta multiplicidade, que se toma forma na convivência, a segunda perspectiva vai além, compreendendo este diálogo como instrumento de transformação social e troca de saberes específicos. Na perspectiva do multiculturalismo, o diálogo se restringe mais à manutenção assimilacionista de uma dada cultura sobre outra.

Corroborando com os(as) autores e autoras que serviram de referência para este breve debate, consideramos que cultura é um elemento cíclico, histórico e político, que não devemos tomá-la apenas como assimilação, tampouco isolá-la ou tratá-la como um adereço social. Mas, compreender que uma dada cultura carrega sua história e legados que podem dialogar, interagir e unificar lutas com outras culturas numa mesma formação social, onde serão beneficiadas e enriquecidas pelo movimento do eterno devir do respeito e compreensão entre as diversas culturas. Neste sentido, a relação educação e cultura representa “uma teia de interpretações tecida entre os pontos de vista dos sujeitos do processo educacional” (FLEURI, 2003, p. 65).

Destarte, com o entendimento acerca das distinções entre a abordagem multicultural e a abordagem intercultural, podemos refletir e agir sobre nossas práticas políticas e pedagógicas enquanto educadores(as) e pesquisadores(as) em educação para as relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB**. Passo a passo. São Paulo/SP: Avercamp. 2003

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília/DF: SEPP/IR/MEC. 2004

CANDAUI, Vera Maria. (Org.). **Reinventar a escola**. 4ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes. 2000

_____. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. V.13, N. 37. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>

_____. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, V. 33, N. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a15.pdf>>

FLEURI, Reinaldo Mathias. Desafios à educação intercultural no Brasil. **Revista Educação, Sociedade e Culturas**. N.º 16. P. 45-62. 2001. Disponível em: < <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1490>>

_____. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**. N.23. P.16-35. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000200003&script=sci_abstract&lng=pt>

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 2ª ed. Rio de Janeiro/RJ: DP&A. 2001

VALENTE. Ana Lúcia. Os negros, a educação e as políticas de ação afirmativa. **Revista Brasileira de Educação**. S/I. Nº 19, P. 76-86 an./Abr. 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a06.pdf>>